# ATA Nº 01/2004



**DA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2004.******** Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatro, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a primeira Sessão Plenária Extraordinária do ano. Presentes os Vereadores ALDO HOPPE (PFL), ARI ANUNCIAÇÃO (PMDB), BETO MÜLLER (PPB), CARLITO SCHIEFELBEIN (PSDB), MOISÉS KILIAN (PMDB), PAULO UNFER (PDT), PEDRO DE LIMA (PDT), RENI BOIJINK (PDT), e VILSON DIAS (PPB).**********

Às dezoito horas e dez minutos, após verificar a existência de quorum legal para tal, o Senhor Presidente, Vereador PEDRO DE LIMA, declarou instalada a sessão que foi realizada devido ao levantamento do recesso parlamentar pela Presidência, por solicitação do senhor Prefeito Municipal. A pedido do senhor Presidente, o Senhor Secretário, Vereador BETO MÜLLER, leu a correspondência recebida protocolada sob número 39/04. A seguir, foram apresentados os Projetos de Lei números 01/2004-E, 02/2004-E, 03/3004-E, 04/2004-E e os Requerimentos números 01/2004, 02/2004, 03/2004 e 04/2004. Após, por solicitação do senhor Presidente, o Vereador PAULO UNFER comunicou que a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ficou composta pelos Vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, CARLITO SCHIEFELBEIN e PAULO UNFER, e o Vereador RENI BOIJINK comunicou que a Comissão de Finanças, Orçamento, Mérito e Serviços Públicos seria composta pelos Vereadores ALDO HOPPE, MOISÉS KILIAN e RENI BOIJINK. A seguir, o senhor Presidente solicitou que fossem indicados os líderes de bancada. O Vereador PAULO UNFER comunicou que o líder de bancada do PDT passaria a ser o Vereador RENI BOIJINK. O Vereador VILSON DIAS comunicou que o líder de bancada do PP passaria ele próprio. O Vereador MOISÉS KILIAN comunicou que o líder de bancada do PMDB seria o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO. O Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN comunicou que o líder de bancada do PSDB seria ele próprio. O Vereador ALDO HOPPE comunicou que o líder de bancada do PFL seria ele próprio. Na **ORDEM DO DIA** tramitavam os Requerimentos números 01/2004, 02/2004, 03/2004 e 04/2004. Em discussão sobre o Requerimento nº 01/2004, o Vereador ALDO HOPPE disse que a aprovação do Requerimento permitiria que a matéria objeto dele fosse levada às comissões; o Vereador PAULO UNFER disse que não devia sessão extraordinária ser realizada ainda naquele dia, pois eram necessários mais dados para estudar o Projeto de Lei objeto do Requerimento, já que havia vagas a serem preenchidas no serviço público municipal; em comunicação urgente da liderança do PMDB, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que não havia vereador que tivesse lutado mais do que ele por aumentos salariais para os servidores e que as proposições que motivaram a convocação poderiam ter sido enviadas à Câmara até o final do ano anterior; disse que a proposição que alterava o Padrão Referencial vigoraria e partir do mês de Abril e que não havia necessidade de aprovação daquela proposição naquela data; disse que aquela proposição não beneficiaria os funcionários “pequenos” mas sim os “grandes” - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores - que teriam sua remuneração aumentada em quinze por cento enquanto obras não eram realizadas; disse que o aumento salarial dos funcionários seria aprovado, mas que queria a rejeição do aumento da remuneração dos que não precisavam; disse que aquela proposição devia ser discutida e não devia ser aprovada naquela data, o que o fazia ser contra a urgência para aquela proposição; em comunicação urgente da liderança do PP, o Vereador VILSON DIAS disse que a falta de credibilidade dos que ocupavam cargos eletivos existia devido a fatos que denegriam a imagem das pessoas públicas; disse que a

.....

Ver. Beto Müller
Secretário

Ver. Pedro de Lima
Presidente

convocação do Congresso Nacional pelo Presidente Lula serviria apenas para engordar as contas de deputados e senadores, o que não ocorria em Agudo; disse que votaria favoravelmente ao Requerimento de urgência para a proposição que alterava o Padrão Referencial pois, se tal matéria foi enviada à Câmara, era porque o Poder Executivo avaliou como viável tal proposição; em Discussão Preliminar, o vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que estava em discussão um requerimento de urgência, ao qual era favorável, e que o mérito da proposição-objeto do Requerimento seria discutido após a votação do mesmo; o Vereador RENI BOIJINK disse que era favorável à urgência para a proposição-objeto do requerimento e que havia estudo de impacto financeiro que a ela dava amparo; o vereador MOSÉS KILIAN disse que a proposição objeto o requerimento era mais um projeto polêmico, que a opinião de cada vereador devia ser respeitada e que estava previsto no orçamento um aumento de quinze por cento para os salários do funcionalismo; em votação, o requerimento número 01/2004 foi aprovado por seis votos favoráveis e dois contrários - os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO e PAULO UNFER. Em discussão sobre o Requerimento número 02/2004, nenhum vereador manifestou-se; em votação, o requerimento número 02/2004 foi aprovado por unanimidade de votos. Em discussão sobre o Requerimento número 03/2004, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que votaria contra o requerimento, pois sua proposição objeto continha inconstitucionalidade, pois a Constituição proibia aumento de tributos no mesmo exercício, e não havia urgência para a matéria; o Vereador MOISÉS KILIAN disse que votaria contra a proposição objeto do requerimento porque havia dúvida se a cobrança da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública seria estendida ao interior; o vereador BETO MÜLLER disse que a dúvida sobre a cobrança da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública no interior o fazia ser contra o Requerimento; o vereador RENI BOIJINK disse que era favorável ao Requerimento porque sua proposição objeto poderia ser corrigida pelas comissões; o vereador VILSON DIAS disse que a proposição objeto do Requerimento procurava corrigir erros no texto de uma lei e que emenda poderia sanar as distorções existentes, posicionando-se favorável ao Requerimento; o vereador PAULO UNFER disse que era favorável ao Requerimento e que as comissões alterariam sua proposição objeto, deixando de fora a zona rural; em votação, o Requerimento número 03/2004 foi aprovado por cinco votos favoráveis e três contrários - os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, BETO MÜLLER e MOISÉS KILIAN. Em discussão sobre o Requerimento número 04/2004, o vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que a proposição objeto do Requerimento pretendia a inclusão de uma quadra na zona urbana sem que estivesse acompanhada do projeto de loteamento; disse que não havia necessidade de urgência para aquela proposição, o que o fazia ser contra o Requerimento; o vereador VILSON DIAS disse que faltava o projeto de loteamento na proposição objeto do Requerimento, no qual deveria estar prevista a infra-estrutura necessária para a ampliação da zona urbana; disse que por esta razão e pela inexistência da infra-estrutura necessária em alguns locais, votaria contra o Requerimento; o vereador PAULO UNFER disse que era contrário ao Requerimento porque era necessário saber se já havia infra-estrutura no local a ser incluído na zona urbana e que a votação da proposição objeto alguns dias depois não faria diferença; o vereador RENI BOIJINK disse que a votação da proposição objeto do Requerimento poderia esperar alguns dias e que eram necessários alguns dados sobre a ela, manifestando-se contrariamente ao Requerimento; em votação, o Requerimento número 04/2004 foi rejeitado por seis votos

.....

Ver. Beto Müller
Secretário

Ver. Pedro de Lima
Presidente

favoráveis e dois contrários - os dos vereadores ALDO HOPPE e BETO MÜLLER. No espaço da **PAUTA** tramitavam os Projetos de Lei números 01/2004-E, 02/2004-E, 03/3004-E e 04/2004-E: o vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que o estudo de impacto financeiro e orçamentário que acompanhava a proposição de aumento do Padrão Referencial mostrava que a política salarial do governo era a mesma dos seus sete anos de administração; disse que os aumentos na remuneração de vereadores, Secretários e Prefeito obedeciam legislação específica e que alterações nela só poderiam ser feitas a partir de dois mil e cinco; disse que a destinação de repasses financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais beneficiava pessoas que necessitavam de atendimento; disse que o custo do município em termos de energia elétrica era muito alto e que o índice de dez por cento para cobrança da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública era exagerado, dizendo estar feliz por ter conseguido fazer com que o Executivo enviasse à Câmara uma proposição baixando aquele índice para a metade; o vereador PAULO UNFER disse que não era contra a proposição de majoração do Padrão Referencial, mas que alguns membros do Executivo não tinham posição firme sobre aquela matéria e não sabiam porque o Executivo havia proposto aquele aumento; disse que, frente àquela proposta do Executivo, não mais queria ouvir que o município gastava os seus recursos com os funcionários públicos quando fosse às secretarias levar reivindicações; o vereador ALDO HOPPE disse que a majoração do Padrão Referencial visava cobrir a perda inflacionária dos salários dos servidores, o que era direito de cada funcionário; disse que a proposição de celebração de convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais era necessária para dar continuidade ao trabalho daquela instituição; sugeriu que fosse feito um estudo sobre as causas da existência de um grande número de deficientes em Agudo; o vereador RENI BOIJINK disse o índice proposto pelo Executivo para o reajuste do Padrão Referencial estava amparado na legislação e que aquela proposta concedia aos servidores o que era o seu direito; disse que o Executivo enviou aquela proposição com antecedência para a Câmara Municipal e apresentou estudo de impacto financeiro da proposição; disse que a proposição que autorizava repasses de recursos à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais permitiria a continuidade do atendimento naquela entidade; disse que a proposição que tratava da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública merecia uma emenda isentando o interior do município daquela Contribuição. Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que, após votada, vai assinada por quem de direito. SALA DAS SESSÕES, AOS 10 DE FEVEREIRO DE 2004.A.S.**********

.....

Ver. Beto Müller
Secretário

Ver. Pedro de Lima
Presidente